

RELATÓRIO DE RESPOSTA AOS TERMOS DA IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA PELA EMPRESA BECK DE SOUZA ENGENHARIA LTDA. AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 022/2013 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59530.000372/2013-13.**1) REFERENCIAIS:**

- **CONCORRÊNCIA Nº 022/2013 – OBJETO:** Contratação de empresa para elaboração de projetos executivos de engenharia, inclusive regularização ambiental e fundiária, para construção de 02 (duas) barragens de terra: 1 (uma) em Petrolina e 1 (uma) em Carnaubeira da Penha, municípios da área de atuação da CODEVASF 3ª SR, no Estado de Pernambuco.
- **SESSÃO DE ABERTURA:** dia 23/09/2013, às 10h (dez horas) horário de Brasília-DF, no Auditório da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, em Petrolina-PE.
- **ESCLARECIMENTOS:** Foram formalizados por diversos pedidos, por uma única empresa, os quais foram divulgados no site da Codevasf e repassados às empresas que expediram guias de retirada do edital, como nele é preconizado. Foram respondidos na forma da lei.
- **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO:** tempestivo, sendo que, tão somente esta impugnante atacou ao edital.
- **VISITAS TÉCNICAS:** realizadas visita técnica por várias empresas, em número suficiente para atestar a competitividade que requer o Serviço Público em suas licitações. Todas elas atinentes ao prazo previsto pelo edital.

2) DOS TERMOS DA IMPUGNAÇÃO:

- **TEOR DO PEDIDO, ABAIXO.**





EXMO. SR. CHEFE DA SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES –
CODEVASF/3ª SR - CONCORRÊNCIA Nº 022/2013 – PROCESSO
ADMINISTRATIVO 59530.000372/2013-13

BECK DE SOUZA ENGENHARIA LTDA., Pessoa Jurídica de
Direito Privado, com Sede em Porto Alegre/RS, na Avenida Cristóvão Colombo,
nº 2240, conjunto 702, inscrita no CNPJ sob o nº. 91.806.844/0001-80, vem, por seu
procurador firmatário, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA
Nº 022/2013**, do tipo **Técnica e Preço**, nos termos de Art. 41, §2º, da Lei 8.666/93,
o que procede mediante as relevantes Razões de Fato e de Direito, conforme segue:

O Edital ora impugnado tem como objeto a "Contratação de
Empresa para Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia, inclusive
Regularização Ambiental e Fundiária, para Construção de 02 (duas) Barragens de
Terra: 1 (uma) em Petrolina e 1 (uma) em Carnaubeira da Penha, Municípios da
Área de Atuação da CODEVASF 3ª SR, no Estado de Pernambuco."

As fundamentações para a Impugnação do Edital supracitado
são em sequência consideradas.

PARTE 1

(1) O item 7.6.2 dos Termos de Referência do Edital
estabelece, entre outras determinações, que:

*Os principais elementos que deverão constar dos Projetos
Executivos são:*

*(...) Estudos e Relatórios dos Impactos no Meio Ambiente (EIA-
RIMA): definidos pelos órgãos competentes pela emissão do
Licenciamento Ambiental; (...) (grifos nossos)*

PORTO ALEGRE | RS
Av. Cristóvão Colombo, 2240, cj. 702 | CEP 90560-002 | Fone/Fax: (51) 3363.4900/3363.4920 | becksouza@beckdesouza.com.br

ESCRITÓRIO: SALVADOR | BA
Av. Tancredo Neves, 274, cj. 627 - Bloco B - Centro Empresarial Iguaçu | CEP 41820-020 | Fone/Fax: (71) 3022.9430/3022.9431 | becksalvador@beckdesouza.com.br

**BECK DE SOUZA**
ENGENHARIA LTDA

Apesar da determinação de elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para as duas barragens, que são objetos de Projetos Executivos de Engenharia, no Edital em questão não constam Termos de Referência específicos para o desenvolvimento desses estudos.

Um dos procedimentos formais de licenciamento ambiental se refere ao fato de que o EIA/RIMA tem que ser apresentado de acordo com o **Termo de Referência**, que constitui um documento de orientação quanto aos procedimentos a serem observados na elaboração dos estudos, **previamente acordado** entre o órgão de meio ambiente competente pela emissão da licença ambiental prévia (LP) e o empreendedor, quando este solicita a abertura do processo de licenciamento.

Quanto à colocação acima, transcrevemos o que estabelece o Parágrafo Único, Artigo 5º (diretrizes gerais para a elaboração de EIA/RIMA) da Resolução CONAMA 001/1986:

Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos. (grifos nossos)

Já a Resolução CONAMA 237/1997, em seu Artigo 2º, parágrafo 2º, determina:

Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do Anexo 1⁽¹⁾, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

(1) relaciona empreendimentos e atividades, entre as quais, diques e barragens.



Ainda de acordo com a Resolução CONAMA 237/1997, o Artigo 10º estabelece:

O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

*I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos **documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento** correspondente à licença a ser requerida; (grifos nossos)*

A partir das argumentações acima, bem como das transcrições de dispositivos legais do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), incidentes sobre as razões da presente Impugnação, torna-se evidente a obrigatoriedade de inclusão no Edital de Licitação de Termos de Referência específicos para o desenvolvimento de Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

PARTE 2

Como transcrito na Parte 1 da presente Impugnação, os Termos de Referência do Edital em tela, estabelece, no item 7.6.2, a elaboração de “Estudos e Relatórios de Impactos no Meio Ambiente (EIA-RIMA)”. Porém, tal determinação está em desacordo com dimensionamento da Equipe Técnica constante no item 8 dos Termos de Referência, que expõe:

A equipe técnica prevista neste Termo de Referência é formada por profissionais das diversas especialidades necessárias à consecução do objeto desta licitação, (...)

PORTO ALEGRE | RS

Av. Celso de Melo, 2240, cj. 702 | CEP 90560-002 | Fone/Fax: (51) 3363.4900/3363.4920 | beckdesouza@beckdesouza.com.br

ESCRITÓRIO: SALVADOR | BA

Av. Tancredo Neves, 274, cj. 627 - Bloco B - Centro Empresarial Igatemi | CEP 41820-020 | Fone/Fax: (71) 3022.9430/3022.9431 | beck.salvador@beckdesouza.com.br



Entre os profissionais considerados no Item 8 dos Termos de Referência e no Quadro PTP – II, que dimensiona a utilização da equipe, não há indicação de profissionais que constituam uma equipe multidisciplinar indispensável à elaboração de EIA/RIMA, havendo omissão, por exemplo, de pessoal habilitado para o desenvolvimento dos estudos pertinentes aos meios biológico e socioeconômico e cultural.

A respeito desta constatação, a Resolução CONAMA 001/1986, em seu Artigo 7º, determina:

O estudo de impacto ambiental será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados, (grifos nossos)

Em se tratando de um estudo complexo, e que requer a mobilização de uma equipe multidisciplinar responsável pelas informações de todas as áreas temáticas componentes do meio ambiente, o orçamento máximo apresentado no Quadro de código PFP do Edital não oferece condições financeiras para a elaboração dos dois EIA/RIMAs necessários, uma vez que as duas barragens previstas localizam-se em municípios distintos.






Pelo exposto acima, requer a empresa BECK DE SOUZA ENGENHARIA LTDA., respeitosamente, que sejam acolhidos os argumentos constantes desta Impugnação, para que seja anulado o EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 022/2013 e efetuada nova convocação, através de um Edital que contemple Termos de Referência específicos para o desenvolvimento dos EIA/RIMAs e dimensionamento apropriado de utilização das equipes de trabalho, bem como de orçamento adequado a um satisfatório desenvolvimento dos serviços a serem contratados.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Alegre/RS, 18 de setembro de 2013.


BECK DE SOUZA ENGENHARIA LTDA.
CNPJ Nº 01.806.844/0001-80
Eng.º Civil Alexandre Cesar Beck de Souza
CREA RS Nº 111249/D – CREA MAC. Nº 2200814216
CPF Nº 149.169.510-15 – RG Nº 4037308367 EJS/RS
Diretor Gerente

3. ANÁLISE DO PEDIDO:

Primeiramente convém salientar, que, antes da impugnação, como se prevê no edital, é permitido licitamente esclarecimentos a quaisquer dúvidas quanto ao edital. Eles são analisados pela administração e áreas técnicas responsáveis pela licitação, que os respondem e divulgam aos interessados e também disponibilizam publicamente pelo site da Codevasf. Como visto acima, foram formalizados pedidos de esclarecimentos, o que não caracteriza que esta é a fase de publicação em que se prestam todos os conhecimentos e esclarecimentos à licitação, de modo absolutamente transparente. Feitas estas considerações passemos a responder as inquirições da impugnante.



- a) O Serviço Público visa a maior segurança e transparência em suas licitações, com efeito de competição e de publicação, uma vez que qualquer pessoa pode conhecer os passos da licitação em qualquer ponto do território nacional. Livremente podem se manifestar e legitimamente impugnar, quando há a conveniência;
- b) A impugnante não concordando com os aspectos dos termos de referência quanto aos estudos ambientais, protestou contra o edital, chegando ao ápice do pedido de impugnação;
- c) Das diversas empresas interessadas ao edital, somente insatisfez-se a impugnante.

4 – CONCLUSÃO:

A área técnica responsável pelo edital foi consultada, e abaixo transcrevemos as respostas do analista em desenvolvimento regional:

EM RELAÇÃO À PARTE 1 COLOCADA PELA LICITANTE NA IMPUGNAÇÃO, SOBRE A NECESSIDADE DE SE APRESENTAR TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E RESPECTIVOS RELATÓRIOS DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA/RIMA). NÃO PROCEDE TAL QUESTIONAMENTO, TENDO EM VISTA QUE NO ART.6º DA RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 01/86, CITA QUAIS AS ATIVIDADES MÍNIMAS QUE DEVERÃO CONSTAR NO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL, SENDO DESNECESSÁRIO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO. NESSE SENTIDO, O ITEM 7.7 (ESTUDOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL) DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL EM QUESTÃO, APRESENTA UM ROL DE ATIVIDADES QUE SE INSEREM NAS ESTABELECIDAS PELO CONAMA. PORTANTO, NÃO CONCORDAMOS COM O PENSAMENTO DA IMPUGNANTE.

JÁ NO TOCANTE À PARTE 2 DA IMPUGNAÇÃO, SOBRE O SUBDIMENSIONAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA, TAMBÉM NÃO MERECE RESPALDO. SENÃO VEJAMOS. NO QUADRO PTP-II (EQUIPE TÉCNICA DE PROJETO) DO MESMO EDITAL CONSTA O SERVIÇO DE ESTUDOS E PROJETOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL QUE CONTEMPLAM OS PROFISSIONAIS ADEQUADOS PARA A REALIZAÇÃO DESSES SERVIÇOS. A OMISSÃO DE PESSOAL HABILITADO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS PERTINENTES AOS MEIOS BIOLÓGICOS, SOCIOECONÔMICO E CULTURAL, SUGERIDA PELA LICITANTE, NÃO CONCORDAMOS, PELO FATO DE ESTAR PREVISTO OS SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA EQUIPE TÉCNICA QUE SUPRIRIAM DESSA FORMA TAL OMISSÃO.

VALE SALIENTAR QUE, O EDITAL, EM MOMENTO NENHUM PEDE A APROVAÇÃO DO EIA/RIMA PERANTE OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS, MAS, SIM, A APRESENTAÇÃO DOS MESMOS NA ENTREGA DOS PROJETOS EXECUTIVOS À CONTRATANTE (CODEVASF).

DESSA FORMA, SMJ,
SOU DE PARECER CONTRÁRIO AO DEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO ORA PLEITEADA PELA LICITANTE.

ALEXINALDO LEDA DE SOUZA
Analista em
Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ª GRD/UIP-CODEVASF



Assim sendo, negamos provimento e recusamos o pedido de impugnação. O edital de licitação é abrangente e coerente com os seus valores de orçamento, sendo exequível facilmente o objeto proposto.

Petrolina-PE, 19 de setembro de 2013.


PEDRO BEZERRA DE OLIVEIRA
Chefe da Secretaria Regional de Licitações
CODEVASF – 3ª SR

Autoridade Competente da 3ª SR da Codevasf:


LUIZ MANOEL DE SANTANA
Superintendente Regional
CODEVASF – 3ª SR